



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

Apresentação: 18/06/2024 11:54:00.830 - CASP

REQ n.70/2024

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

### REQUERIMENTO Nº DE 2024. (Da Sra. Professora Luciene Cavalcante)

Requer moção de louvor em apoio a reivindicação dos técnicos judiciários dos Tribunais de Justiça Estaduais na luta pela implementação de nível superior para ingresso no provimento na carreira.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 117, inciso XIX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja registrada nos Anais desta casa, moção de louvor em apoio a reivindicação dos técnicos judiciários dos Tribunais de Justiça Estaduais na luta pela implementação de nível superior para ingresso no provimento na carreira.

“A Câmara dos Deputados, por meio de sua Comissão de Administração e Serviço Público, vem prestar apoio a reivindicação dos técnicos judiciários dos Tribunais de Justiça Estaduais na luta pela implementação de nível superior para ingresso no provimento na carreira.

Suas funções cada vez mais complexas exigem conhecimentos que vão além do ensino médio: além da prestação de informações ao público, elaboração de minutas e a expedição de atos essenciais ao andamento de processos. A implementação nas áreas administrativas e judiciárias e a operação diária desses



\* C D 2 4 3 6 0 2 6 9 3 5 0 0 \*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

avançados sistemas tecnológicos superam as capacidades desenvolvidas no ensino médio.

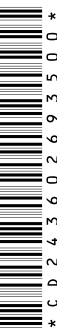
O conteúdo programático no certame contém questões de Nível Superior e as funções cada vez mais complexas superam os conhecimentos ministrados e desenvolvidos no ensino médio.

Diante do exposto, a Comissão de Administração e Serviço Público manifesta integral apoio a mobilização dos Escreventes Técnicos Judiciários, reconhecendo a justeza de suas reivindicações e se comprometendo a respaldar todas as iniciativas que visem corrigir essa distorção na estrutura funcional da carreira em seus respectivos Tribunais, a fim de garantir melhores condições de trabalho para esses servidores públicos que prestam serviço essencial ao funcionamento da Justiça.”

### JUSTIFICATIVA

Esta iniciativa se faz fundamental diante da atual distorção funcional verificada na carreira dos Escreventes Técnicos Judiciários dos Tribunais Estaduais de Justiça, a fim de apoiar a legítima reivindicação da categoria. Atualmente, a maior parte dos concursos públicos para ingresso e provimento no cargo de Escrevente Técnico Judiciário exige apenas a conclusão do Ensino Médio até a data da posse.

Ocorre que o conteúdo programático contido no edital de abertura do concurso contém além de língua portuguesa, conhecimentos gerais que inclui questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais, culturais, nacionais, internacionais atuais; matemática; informática; raciocínio lógico e até legislação específica referente ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15). Por fim, conhecimentos jurídicos com questões que envolvem Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Constitucional, Direito Administrativo, normas da corregedoria geral de Justiça.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

Apresentação: 18/06/2024 11:54:00.830 - CASP

REQ n.70/2024

A exigência de curso superior para ingresso já é uma realidade em outras carreiras como os técnicos judiciários do Poder Judiciário da União (Lei Federal 14.456/2022), bem como os Oficiais de Justiça no âmbito do Poder Judiciário deste Estado de São Paulo (Lei Complementar Estadual 1.273/2015).

A título de exemplo, ressalta-se que os últimos dados fornecidos pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 2018, informam que mais de 95% dos Escreventes Técnicos Judiciários já possuem Nível Superior, razão pela qual é urgente que seja corrigida essa distorção na estruturação da carreira.

Nesse contexto, apresentamos a presente moção de louvor em apoio a justa reivindicação dos escreventes técnicos judiciários no sentido de unificar em âmbito nacional a exigência de nível superior para ingresso e provimento nas carreiras dos respectivos Tribunais de Justiça, a fim de melhorar as condições de trabalho e o atendimento aos advogados para promover uma Justiça cada vez mais eficiente à população.

Sala da Comissão, de junho de 2024.

**PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE**  
Deputada Federal - PSOL/SP



\* C D 2 4 3 6 0 2 6 9 3 5 0 0 \*